Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

“Com a imprensa e com tudo”: de João Goulart (1961-1964) a Dilma Rousseff (2015-2016), o papel da mídia na descredibilização da política

Regina Célia Daefiol[I]

Resumo: Este artigo analisa a atuação da imprensa no processo de desestabilização do governo João Goulart, que culminou no golpe de 1964, e durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Demonstramos que nos dois períodos a mídia construiu uma narrativa para legitimar a derrubada de presidentes constitucionalmente empossados. Abordamos também a ascensão da extrema direita, a partir do discurso de descredibilização da política, e a volta dos militares ao centro do poder enquanto permanências do passado autoritário no tempo presente.

Palavras-chave: Imprensa; Golpe de 1964; Impeachment.

“With the press and with everything”: from João Goulart (1961-1964) to Dilma Rousseff (2015-2016), the role of the media in discrediting politics

Abstract: This article analyzes the role of the press in the destabilization process of João Goulart’s administration, which culminated in the 1964 coup, and in the President Dilma Rousseff’s impeachment process. We demonstrate that in both periods the media constructed a narrative to legitimize the constitutionally inaugurated presidents overthrow. We also address the rise of the extreme right, from the discourse of discrediting politics, and the return of the military to the center of power as permanence of the authoritarian past in the present time.

Keywords: Press; 1964 Coup; Impeachment.

Introdução

Os estudos do Tempo Presente têm como característica fundamental a proximidade temporal do historiador/historiadora com seu objeto de estudo, a ponto de ele/ela poder vivenciar o desenrolar de uma história que ainda não se fechou. Este fato apresenta o desafio da ausência de distanciamento daquele que lança o olhar ao passado; por outro lado, abre a oportunidade de análise de diversas possibilidades de “fechamento” desta história que se desenrola. A História do Tempo Presente busca “captar um movimento linear, de compreender uma história em processo”, fazendo a mediação entre a memória de “um presente que não se quer ver passar e a de um passado que volta para assombrar o presente, sendo a distinção entre as duas por vezes inalcançável”.[II]

Rousso propõe que o tempo presente pode ser demarcado pelo que chama de “a última catástrofe”. Esse demarcador se constituiria a partir do peso atribuído a eventos que deixam marcas no imaginário social e que, no presente, impõem uma demanda da sociedade em torno de uma “resposta” do historiador. Diante dessa demanda, o historiador é levado “a revisar a

significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação".[III] Sob a perspectiva de Rousso, o grande demarcador do tempo presente no Brasil é a ditadura militar instaurada após o golpe de Estado de 1964.

Conforme Martins Filho, o golpe civil-militar de 1964 representou "a resposta do conjunto das classes dominantes brasileiras ao processo de aguçamento das lutas populares, principalmente a partir do início dos anos 60".[IV] O golpe de Estado foi urdido em pleno contexto de intensificação da Guerra Fria, após a crise dos mísseis de 1962, incidente diplomático entre os Estados Unidos e a União Soviética detonado pela instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba.

Em meio à intensificação das disputas ideológicas entre EUA e URSS, ganhou força a ideia disseminada pela poderosa máquina de propaganda norte-americana de um risco iminente de "comunização" da América Latina. O que havia ocorrido em Cuba após a revolução nacionalista – o país aliou-se à comunista URSS depois dos embargos econômicos impostos pelos EUA à ilha por causa das mudanças implantadas pelo governo revolucionário – era, para o governo americano, um grande e temido exemplo do que poderia acontecer na América Latina. O governo de John Kennedy já vinha empreendendo ações preventivas no continente para conter o avanço das ideias comunistas, como o programa de desenvolvimento *Aliança para o Progresso,* lançado em 1961 e implantado também no Brasil.

> [...] a Revolução Cubana em 1959 implicou a expansão de movimentos revolucionários e, ao mesmo tempo, uma maior intervenção dos Estados Unidos no patrocínio de golpes que culminaram na instituição de ditaduras atrozes ao longo das décadas de 1960, 1970 e ao menos em parte da seguinte.[V]

Como demonstram pesquisas recentes, a campanha de desestabilização do governo de João Goulart empreendida pelas elites empresariais, militares e políticas brasileiras, que preparou o terreno para o golpe de Estado de 1964, teve apoio dos EUA. No cerne deste processo estava a ideia da urgência em conter a expansão do comunismo no Brasil, associado ao governo de Goulart. O então presidente da República era visto como um político de relações muito próximas com o sindicalismo e que poderia abrir caminho para o crescimento de organizações comunistas no país. Havia um temor de que Goulart implantasse uma "república sindicalista" e acabasse suplantado pelos seus aliados comunistas, ideia que só pode ser compreendida à luz da "paranoia da Guerra Fria".

> Para o embaixador [Lincoln Gordon], Goulart tomaria o poder em 1º de maio de 1964, no simbólico Dia do Trabalhador, em São Paulo. Seguindo os passos de seu instrutor – Getúlio Vargas – Goulart tomaria o poder, mas ele era muito menos competente e inteligente, logo seria deposto pelos comunistas e o Brasil mergulharia no totalitarismo.[VI]

Em meio ao processo de desestabilização do governo Goulart, ocorriam "disputas em torno de alternativas diametralmente opostas de desenvolvimento para o Brasil", que tinham base "na associação do grande capital nacional com o internacional e na concentração de renda".[VII] O golpe de Estado foi o desenlace dessas disputas e a hegemonia do grupo que naquele momento "venceu" e impôs seu projeto político e de desenvolvimento para o país foi

estabelecida com a instauração da ditadura e a aplicação de medidas de exceção que incluíram a repressão violenta.

A grande imprensa teve participação decisiva no processo de desestabilização de João Goulart e no apoio ao regime autoritário instaurado. Apesar de ter construído em torno de si uma memória de luta contra o autoritarismo e pelos valores democráticos, a imprensa comercial apoiou o golpe civil-militar e assumiu posições que variaram do apoio aberto à complacência com a ditadura. Por fim, por questões de cunho conjuntural, acabou por se alinhar à oposição.

A memória de resistência construída foi, em certa medida, aceita por setores da historiografia, que por vezes trataram "a imprensa como um dos setores da oposição à ditadura mesmo antes do AI-5, fazendo perigosas generalizações".[VIII] No entanto, a análise das fontes permite dizer que

> a relação da imprensa com a ditadura militar nos seus quatro primeiros anos foi muito mais ambígua e instável do que pode fazer parecer a narrativa mítica e heroica construída pela própria imprensa acerca da sua história na época da ditadura – uma narrativa que pretende monumentalizar o papel da imprensa na resistência ao arbítrio e ao autoritarismo dos militares, vítima da censura e porta-voz dos valores democráticos.[IX]

É importante considerar que a construção da memória é um processo seletivo em que atuam silêncios e, não raras vezes, ressignificações feitas a partir de interesses específicos do presente. Por isso nem sempre as memórias estão amparadas em evidências, mas em intencionalidades que podem dar aos vestígios do passado um sentido diferente dos fatos.

Buscamos demonstrar, neste artigo, que de forma similar ao ocorrido no período de João Goulart, o governo da presidente Dilma Rousseff (2015-2016) foi alvo de um processo de desestabilização articulado por diversos agentes políticos, sociais e econômicos, que redundou em seu impeachment. A imprensa teve também papel decisivo no processo, que abriu o caminho para a ascensão da extrema direita ao poder e para que os militares retomassem o protagonismo político perdido com o final da ditadura, em 1988.

Sob a égide do imperialismo

Existe, na historiografia, uma disputa em torno da ideia de que 1964 fez parte de uma série de outros golpes e tentativas fracassadas desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930: a derrubada do próprio Vargas em 1945 pelos militares; a mobilização militar para impedir a posse de Juscelino Kubitschek, em 1955; e a tentativa dos ministros militares de impedir a posse de João Goulart na presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Há correntes analíticas que acrescentam à lista as articulações oposicionistas que resultaram no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Da mesma forma, existem interpretações diversas na historiografia a respeito do momento político e social que levou à deposição de Goulart em 1964, havendo uma disputa de narrativas sobre as causas da sua queda.

Os estudos pioneiros do historiador e cientista político René Armand Dreifuss, que resultaram na obra *1964, A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, publicada em 1981, concluíram ter havido uma verdadeira conspiração que preparou o terreno para o golpe de 1964. Segundo o autor, uma campanha de desestabilização do governo Goulart foi articulada e empreendida pela elite empresarial, representantes do capital multinacional e por militares, com apoio dos Estados Unidos e contribuição fundamental da imprensa. Dreifuss

defende que o golpe não foi uma simples consequência da crise político-econômica durante o governo de Goulart. Os segmentos empresariais e suas elites orgânicas, tentaram

> levar adiante uma campanha para dominar o sistema tanto em termos políticos, quanto ideológicos. A quebra da convergência de classe vigente e a ruptura da forma populista de dominação foram alcançadas pelo bloco de poder multinacional e associado através do exercício de sua influência em todos os níveis políticos.[X]

Essa campanha foi desenhada e desencadeada a partir de "vários escritórios de consultoria e anéis burocrático-empresariais, associações de classe e grupos de ação [que] formaram um centro político estratégico, o complexo IPES/IBAD"[XI], criado em agosto de 1961 por empresários e militares que pertenciam à Escola Superior de Guerra (ESG). O golpe foi, na visão de Dreifuss, o resultado dessa campanha, que teve cunho político, ideológico e também militar, com o objetivo de conter a participação popular na política, o que vinha ocorrendo de forma massiva a partir do momento em que o governo de João Goulart passou a defender de forma direta e categórica as chamadas reformas de base.

As elites que comandavam o complexo IPES/IBAD também tinham suas propostas de reformas de base, que, no entanto, eram bastante diferentes das defendidas por Goulart e que mobilizaram trabalhadores e movimentos sociais no período imediatamente anterior ao golpe. A propostas de reformas defendidas pelas elites, cuidadosamente elaboradas por grupos de estudos do IPES, serviram como "subsídios ao Grupo de Ação Parlamentar [braço ipesiano dentro do Congresso Nacional]" e resultaram na elaboração de "vinte e três propostas conhecidas como as Reformas de Base"[XII] para debate no Legislativo. O objetivo dessas ações dos ipesianos era "esvaziar o valor reformista das propostas de Governo, do trabalhismo e da esquerda [...]"[XIII].

As reformas defendidas pelos militantes do complexo IPES/IBAD visavam enquadrar o Brasil no capitalismo multinacional, o que, em termos doutrinários, expressava "os objetivos e ideais da Aliança para o Progresso"[XIV]. Ou seja, o IPES/IBAD disseminava um discurso afinado com a visão imperialista dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, que apostavam num desenvolvimentismo controlado como arma contra o avanço do comunismo na América Latina, evitando uma "nova Cuba" no continente. Foi sob esta ótica imperialista, que Lincoln Gordon,

> [...] embaixador norte-americano no Brasil conseguiu convencer o Departamento de Estado de que Goulart planejava um golpe. Em seus telegramas para Washington, Lincoln Gordon sustentava a tese de que isso seria feito com o apoio dos comunistas que, finalmente, tomariam o controle de tudo. O secretário de Estado, Dean Rusk, adotou, no dia 2 de abril de 1964, como versão governamental norte-americana, a suposta intenção de Goulart perpetuar-se no poder."[XV]

Desestabilizar para derrubar

A campanha de desestabilização do governo de Goulart se desenrolava em diversas frentes. Paralelamente à ação política dentro das estruturas do Legislativo, era desenvolvido um trabalho de formação de lideranças empresariais afinadas com o ideário ipesiano, por meio da realização de eventos como palestras, congressos e encontros de líderes. Junto à opinião pública, o complexo IPES/IBAD desenvolvia

> uma ampla campanha política e ideológica contra o governo do presidente João Goulart através de lobby no Congresso, além de dar apoio material e financeiro às passeatas e manifestações de repúdio aos atos do governo e, principalmente, através de farta distribuição de material ideológico com conteúdo anticomunista. [...] o complexo chegou a distribuir cerca de 2.500.000 livros e cartilhas "pedagógicas", onde eram demonstrados os perigos da "ameaça vermelha".[XVI]

O governo norte-americano dava apoio a esse trabalho desenvolvido pelo complexo IPES/IBAD sendo uma de suas fontes de financiamento. Além da arrecadação junto ao empresariado, a dirigentes de empresas multinacionais e a entidades associativas empresariais, outra fonte de recursos do IPES,

> clandestina, vinha do exterior. O instituto recebia uma substancial assistência de fundos americanos para suas operações através da Embaixada dos EUA. Esses recursos vinham principalmente da American Chamber, do Departamento de Estado e da Chamber of Commerce dos EUA. Além disso, o IPES recebia doações regulares de 297 corporações estrangeiras: norte-americanas (cerca de 7 milhões de dólares anuais); britânicas (cerca de 4 milhões de dólares anuais); suecas e alemãs.[XVII]

Se durante a campanha de desestabilização de Goulart – que inicialmente tinha como objetivo torná-lo fraco politicamente para eleger seu sucessor, e que a partir de 1963 ganharia o caráter de verdadeira conspiração – o governo norte-americano atuou de forma indireta, por meio do financiamento ao complexo IPES/IBAD, no golpe de Estado se preparou para agir de forma direta. A invasão do Brasil chegou a ser cogitada, o que ocorreria por meio da manobra da marinha norte-americana que ficou conhecida como Operação Brother Sam.

A operação consistiu no envio de um grande porta-aviões, seis contratorpedeiros, navios, entre eles petroleiros, armas e munição para a costa brasileira. Segundo o historiador Carlos Fico, entre as armas e munições transportadas havia gás lacrimogêneo, usado para o controle de multidões, indício de que existia o plano de desembarque de tropas em solo brasileiro caso os militares liderados pelo general Olímpio Mourão Filho, que se deslocaram de Minas Gerais para o Rio de Janeiro na madrugada do dia 31 de março para concretizar o golpe de Estado, encontrassem resistência por parte de Goulart, o que acabou não ocorrendo.[XVIII]

A clara atuação dos Estados Unidos nas várias etapas do processo que culminou no golpe de Estado de 1964 teria sido uma das razões pelas quais João Goulart não esboçou resistência. Fico afirma que "o presidente Goulart foi avisado pelo San Tiago Dantas – por solicitação do Afonso Arinos de Melo Franco – sobre a decisão norte-americana de apoiar os golpistas".[XIX] Tendo consciência da limitação de sua força de reação, uma vez não contava mais com o apoio das forças armadas – apenas de alguns oficiais, que ficaram conhecidos como "generais do povo" e que depois do golpe foram punidos ou foram para a reserva – Goulart decidiu deixar a presidência. De acordo com Fico, foram três as razões da não-resistência: "para evitar derramamento de sangue (teria de mandar metralhar as tropas que vinham de Juiz de Fora), por falta de apoio militar (as tropas dos generais mais próximos aderiram aos golpistas) e porque foi avisado por San Tiago Dantas do apoio dos EUA".[XX]

Discurso afinado com os conspiradores

A mídia corporativa teve papel preponderante na campanha de desestabilização de Goulart por ter sido o principal canal de divulgação do ideário ipesiano e anticomunista. Segundo Dreifuss, a divulgação desse ideário era maciça "no rádio e televisão, onde a máxima cobertura era dada a seus militantes, bem como apoio às suas atividades e ideias. Através da mídia audiovisual [a elite orgânica] organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o Executivo".[XXI]

No auge da campanha das eleições parlamentares de 1962, os recursos do complexo IPES/IBAD financiavam mais de trezentos programas diários em horários nobres em estações de rádio pelo país.[XXII] Esses programas, produzidos em linguagem popular, levavam à opinião pública as ideias e pontos de vista defendidos pelas elites que comandavam o complexo, numa campanha que visava, ao mesmo tempo, demonstrar uma alegada incapacidade do governo Goulart de lidar com problemas estruturais brasileiros e com a crise econômica, e também a iminência do perigo comunista.

Na visão de Dreifuss, a campanha empreendida pelo complexo IPES/IBAD constituiu-se num "sincronizado assalto à opinião pública" graças ao trânsito que detinha entre os donos dos mais influentes veículos de comunicação naquele momento, como o grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, composto por jornais, emissoras de rádio e televisão; a *Folha de São Paulo*, por meio de Octávio Frias, ele um associado do IPES; o grupo Mesquita, que editava *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, além de possuir a *Rádio Eldorado*, uma das de maior audiência de São Paulo. Além dos proprietários das empresas de comunicação, muitos jornalistas apoiaram a campanha para desestabilizar o governo Goulart.

Além da participação na campanha de desestabilização de Goulart, a grande imprensa agiu de forma decisiva na mobilização da classe média nos momentos que antecederam o golpe de Estado de 1964. As manifestações chamadas *Marchas com a Família com Deus pela Liberdade* – organizadas por entidades femininas conservadoras, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da União Cívica Feminina, e setores do clero da Igreja Católica, e impulsionadas pelo complexo IPES/IBAD – eram convocadas via imprensa e também recebiam ampla cobertura dos meios de comunicação.

> Como resposta ao comício a favor das "Reformas de Base" diante da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964 para uma multidão de cerca de 200 mil pessoas, em 19 de março 500 mil desfilaram da praça da República à praça da Sé em São Paulo na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". A manifestação terminou "com uma missa 'pela salvação da democracia'. Durante o trajeto foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil*, convocando a população a reagir contra Goulart.[XXIII]

Nessas manifestações, que ganhavam destaque dos veículos de comunicação, o governo Goulart era colocado como inepto a lidar com a crise econômica e associado ao perigo comunista. Uma intervenção militar era saudada como a única salvação possível para o Brasil naquele momento. Não é exagero afirmar que a atuação da grande imprensa foi decisiva na campanha de desestabilização do governo e para incutir na opinião pública o temor da "ameaça comunista que pairava sobre o país", criando o clima propício ao desfecho do golpe de Estado e à intervenção militar como recurso para "restabelecer a ordem".

Fatos e fontes

A grande maioria dos veículos de comunicação posicionou-se favoravelmente à deposição de João Goulart. A análise de materiais jornalísticos publicados na época demonstra que os grandes jornais estavam alinhados com a elite que conspirou contra Goulart. Um exemplo é o artigo publicado pelo carioca *Tribuna da Imprensa*, do udenista Carlos Lacerda, na edição de 14 de março de 1964, logo após o comício de João Goulart na Central do Brasil.

> Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores de comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA [Superintendência da Reforma Agrária] ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao acreditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País[XXIV].

A exemplo do artigo da *Tribuna*, outros veículos de comunicação publicaram matérias em que era atribuída a João Goulart a responsabilidade pelo clima de instabilidade econômica e política do país. Desta forma, “os jornais começam a falar em ‘resistência democrática’ ou ‘defesa do regime’, conclamando diferentes atores – por vezes indeterminados – à ação.”.[XXV]

O também carioca *Correio da Manhã*, que alguns anos mais tarde seria um dos primeiros veículos de comunicação a se opor à ditadura militar, criticava abertamente Goulart. As críticas acirraram-se quando foi noticiada uma possível estatização da operação de importação e distribuição de papel para impressão de jornais no país. O *Correio*, em editorial do dia 20 de março de 1964, afirmava que tal medida seria “o fim da liberdade de manifestação do pensamento e, fatalmente, o fim de todas as outras liberdades [...]”.[XXVI] No mesmo editorial o jornal começa a construir a ideia de que era preciso restituir ao país a tranquilidade e a paz perdidas e que, se para isso medidas autoritárias fossem necessárias, a responsabilidade recairia sobre os que denomina de “radicais”.

Nos dias 31 de março e 1º de abril o posicionamento do *Correio da Manhã* se escancara em dois editoriais publicados na capa das edições, com os títulos *Basta!* e Fora!, numa defesa aberta da deposição imediata do presidente.

> Até que ponto, o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, leis, a função do poder legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora? Até que ponto deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas, por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? Não é possível continuar neste caos, em todos os sentidos e em todos os setores, tanto no lado administrativo, como no lado econômico financeiro. Basta de farsa! Basta da guerra psicológica que o próprio governo desencadeou, com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos com grande estardalhaço, mas inexequíveis, não têm outra finalidade, senão a de enganar a boa fé do povo, que, aliás, não se enganará[XXVII].
>
> A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída

> ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia! Durante dois anos o Brasil aguentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro. Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e insegurança, que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender[XXVIII]

Logo após a queda de Goulart, a família Marinho, por meio de seu influente jornal, também se manifestou em aberto apoio ao golpe de Estado e aos militares que assumiram o poder. Em 2 de abril de 1964, *O Globo* publicou um editorial com o título *Ressurge a democracia*, em que os militares aparecem não só como os salvadores do Brasil, mas como verdadeiros agentes da "providência divina".

> Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. [...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. [...] Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor[XXIX].

Em São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe, na segunda capa – a primeira página trazia, como padrão, notícias internacionais – da edição de 2 de abril a manchete *Vitorioso o movimento democrático* e o editorial *S. Paulo repete 32*, afirmando que 1964, e não 1945, é que marcava o fim da ditadura no Brasil.

> Em face das imensas proporções que assumiriam a manifestação (sic) de São Paulo no último dia 19, dizíamos nós (...) que 'nos semblantes dos homens e das mulheres (...) refletia-se a determinação que os arrancavam de seus lares e de suas ocupações para virem aquelas ruas. Não vociferavam, não se lhes ouvia ulular das multidões em delírio. Mas sentia-se a força indomável que os unia e os transformava em uma vontade só. Ali sim: ali se manifestava a vontade soberana da Nação. [...] pretendia significar ao presidente da República a disposição de defender a sua liberdade com a heroica decisão com que os paulistas defenderam, há 32 anos, o território sagrado de São Paulo contra a soldadesca de Getúlio[XXX].

Como demonstram as fontes produzidas por ela própria, a grande imprensa não só apoiou a ascensão dos militares ao poder, como também a ditadura instaurada após o golpe de 1964. Os veículos de comunicação só assumiram posição contrária à ditadura após a edição do AI-5, que golpeou de morte a liberdade de expressão. Os limites impostos pelo AI-5 foram mais

tarde aprofundados por meio da censura prévia aos veículos de comunicação, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970. A presença dos censores nas redações dos grandes jornais acabou por criar uma cultura de autocensura, que, indiretamente, prestou um grande serviço ao projeto de silenciamento das vozes dissonantes que vinha sendo aprofundado pelos militares.

Houve períodos de aberta colaboração da imprensa com a ditadura, certamente muito em função da pressão exercida pela censura prévia, mas, principalmente, pelo fato de que a grande maioria dos proprietários dos veículos de comunicação apoiou tanto a ditadura quanto o golpe de Estado que a implantou, de olho nos benefícios futuros que poderiam ser auferidos. Anos depois, numa tentativa de apagamento desse colaboracionismo, a própria mídia passou a enfatizar o período em que foi vítima da censura e as ações para driblá-la, construindo sobre si uma memória de resistência e defesa dos valores democráticos durante o período autoritário.

Os fatos e as fontes demonstram que as relações entre imprensa e ditadura/militares foram, no mínimo, ambíguas. Basta lembrar que a *Rede Globo* chegou a pedir desculpas à Nação em 2013, num editorial do jornal *O Globo*, por ter apoiado o golpe de 1964 e a ditadura militar. Vinte e oito anos após o fim do período autoritário, novamente a atuação da imprensa teve papel preponderante processo de desestabilização de um governo democraticamente eleito, que levaria à sua deposição.

E imprensa e o impeachment de Dilma Rousseff

A presidente Dilma Rousseff (PT), em seu segundo mandato, sofreu impeachment em 31 de agosto 2016, depois de um processo que durou 273 dias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sob a frágil acusação de ter cometido crimes de responsabilidade por conta de "pedaladas fiscais" – expediente contábil utilizado por governos anteriores – e "pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso".[XXXI] Confirmando a fragilidade da motivação do impeachment, mesmo condenada, a ex-presidente não teve seus direitos políticos cassados pelo Congresso Nacional.

É evidente que o processo de desestabilização enfrentado por Dilma teve características distintas do que foi engendrado contra João Goulart, afastado da presidência da República por um golpe civil-militar. Primeiro, por uma questão de contextos históricos completamente diversos. Segundo, porque a primeira mulher eleita para a presidência da República no Brasil foi deposta por meio de "um golpe parlamentar travestido de impeachment constitucional"[XXXII], que tramitou no Congresso Nacional sob um pseudo verniz de legalidade. O golpe de 2016, segundo Guilherme, foi articulado pelo "capital financeiro, industrial e agrário, resultado do consórcio entre o Judiciário, os parlamentares de centro-direita e a grande imprensa".[XXXIII] Na visão do autor, da qual compartilhamos, diversos elementos contribuíram para o processo de impeachment de Dilma Rousseff:

> o processo eleitoral de 2010, a crise econômica mundial e seus reflexos no país, a não aceitação por parte do mercado financeiro da redução dos juros pelo governo Dilma, as jornadas de junho de 2013, a crise de hegemonia do lulismo, a acirrada eleição presidencial de 2014 e a negativa por parte da oposição em aceitar o resultado, a atuação seletiva da Operação Lava Jato e seus vazamentos, as manifestações de rua à direita e à esquerda, o monopólio midiático na construção da narrativa e convencimento do senso comum da classe média sobre a necessidade de afastamento da presidenta, a frustrada tentativa de Dilma em fazer um ajuste fiscal neoliberal, as

> movimentações e articulações no Congresso Nacional pelo golpe parlamentar, o debate jurídico sobre a existência ou não de crime de responsabilidade para o impeachment, dentre outros.[XXXIV]

Dos elementos elencados pelo autor, a atuação da mídia, ou seja, da grande imprensa, chama especialmente a atenção. Como ocorreu em 1964, a grande imprensa foi decisiva no processo de construção da narrativa que deu sustentação ao impeachment da presidente Dilma Rousseff.

> Após o longo trabalho coletivo de desestabilização midiática, iniciado já no primeiro governo Lula, a propaganda disfarçada de jornalismo foi fundamental para a vitória da narrativa que derrubou Dilma Rousseff, centralizou no PT a pecha de partido corrupto, prendeu Lula da Silva, culpou o Estado pela crise econômica e apresentou a agenda neoliberal como única saída. Ao se portar como a verdadeira oposição aos governos petistas, a mídia se despiu de qualquer decoro de imparcialidade para ser fundamental na guerra ideológica que desestabilizou o governo e o país. Atuou como partido na defesa do interesse de classe dos seus leitores médio-classistas e anunciantes burgueses.[XXXV]

Historicamente os veículos de comunicação defendem os interesses de seus proprietários pautando a agenda de debates políticos e influenciando os resultados eleitorais no Brasil. Eles “não apenas narram mas agem sobre o espaço político, seja deslocando-o para si, em alguns momentos, seja em outras situações funcionando como um ‘poder paralelo’”[XXXVI]. É claro que as liberdades de expressão e de posicionamento político são garantias constitucionais no Brasil e na maioria dos países pautados pela democracia liberal, porém, não podem ser exercidas democraticamente num jogo desigual. O cientista social Theóphilo Rodrigues, que realizou um estudo dos editoriais publicados por seis grandes jornais entre 2015 e 2016, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, questiona:

> Numa linguagem habermasiana, como elaborar uma deliberação racional que resulte em consensos e informe qualitativamente a produção de políticas públicas se as informações que orientam esse processo forem enviesadas ou assimétricas? Esse é o dilema de uma sociedade como a brasileira, que muitas vezes é caracterizada por parte da literatura como propícia à ocorrência de monopólios ou oligopólios dos meios de comunicação.[XXXVII]

Em seu estudo, Rodrigues cita diversos autores, brasileiros e estrangeiros, que se debruçaram sobre o tema e chegaram a conclusões semelhantes: o impedimento de Dilma Rousseff foi resultado de uma conjunção de fatores, mas todos eles se conectaram e atuaram de maneira sinérgica por meio da “ativa colaboração” da mídia. Essa colaboração se deu ora manipulando a opinião pública, construindo, assim, a narrativa da legitimidade do processo de impeachment; ora influenciando os setores políticos que se uniram para votar a favor do impedimento.[XXXVIII]

Por conta da limitação de espaço, destacaremos aqui análises do autor referentes a um dos jornais estudados, o carioca *O Globo*, da família Marinho, detentora também da maior e mais poderosa rede de televisão brasileira, que teve papel decisivo na construção da narrativa da legitimidade e da premência do impeachment. Vale ressaltar que, apesar de ter ajudado a pavimentar o caminho para a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, apoiando o golpe parlamentar

travestido de impeachment contra Dilma Rousseff[XXXIX], o grupo O Globo tornou-se o mais ferrenho opositor do presidente da República, que chegou ao poder a partir de um discurso de extrema direita que convenceu 55,15% do eleitorado. Os interesses por trás deste fato renderiam um outro artigo, por isso nos limitaremos a apenas registrar a mudança de posicionamento do grupo de comunicação.

Rodrigues cita o editorial de *O Globo* de 19 de março de 2016 para demonstrar de que forma o jornal se posicionou para construir uma narrativa de legitimidade. Com o título *O impeachment é uma saída institucional para a crise*, o editorial deixa claro que "os fundamentos técnicos para o impeachment não eram tão relevantes; fundamental era a superação da crise".[XL] Seguindo o processo de construção da legitimidade do impeachment, no final de março o jornal da família Marinho publicou o editorial *A farsa do 'golpe' construída pelo lulopetismo*, tentando deslegitimar o discurso das forças políticas que defendiam que o impedimento seria um golpe disfarçado, por conta da fragilidade das acusações que pesavam sobre a presidente democraticamente eleita.

Um dia após a aprovação da admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, o jornal carioca retoma a narrativa de legitimidade do processo, afirmando acreditar que "a crise econômica e o nó político possam ser equacionados antes de 2018, a partir da saída do PT do Planalto, onde se encontra há 13 anos, o mais longo período na República de um grupo político no poder, por meio de eleição direta".[XLI] A narrativa de que a ideia de golpe era descabida foi novamente apresentada por *O Globo* no editorial de 15 de maio de 2016 intitulado *Impeachment mostra que Brasil não é Venezuela*. O jornal defendia que estaria ocorrendo, naquele momento, uma tentativa de "difundir a delirante versão de que o processo de impeachment da agora presidente afastada Dilma Rousseff é um 'golpe'".[XLII]

Rodrigues lembra que setores relevantes da mídia internacional apresentaram dúvidas em relação ao impeachment. Mas *O Globo* argumentava que essa versão de golpe não deveria ser difundida, já que "as instituições republicanas, mais consolidadas do que em 1992, quando houve o primeiro impeachment de um presidente, Fernando Collor, funcionam bem, e os pesos e contrapesos característicos de uma democracia representativa atuam a contento".[XLIII] Ou seja, a narrativa da legitimidade do impeachment agora se apoiava em argumentos legais e institucionais, numa demonstração de que os pesos e contrapesos da democracia representativa citados pelo jornal valiam para sustentar seus argumentos, mas não para questionar a legalidade institucional do processo de impeachment.

Em 4 de agosto, quando o processo de impeachment se aproximava do final, *O Globo* se posicionou pela urgência do impedimento da presidente Dilma no editorial "*Apressar impeachment não fere direito de defesa"*. Naquele momento, o vice de Dilma, Michel Temer, do MDB, era alvo de investigações na justiça e jornal carioca afirmou não importar se "virão ou não denúncias que comprometam Temer. Não se pode é barrar o processo de impedimento de Dilma em nome disso. Apressar-se o desfecho do impeachment é o melhor para o país".

A descredibilização da política e a volta dos militares

O processo de impeachment foi finalizado em 31 de agosto, com Dilma Rousseff sendo condenada no Senado à perda do cargo. Assumiu seu vice, Michel Temer, do MDB, antigo PMDB. O governo Temer, que durou dois anos e sete meses, tomou medidas esperadas e desejadas pelo empresariado e pelo setor financeiro, que apoiaram a deposição de Dilma, como

a reforma trabalhista, que impôs grandes perdas de direitos ao trabalhador, e a PEC 241, que congelou o orçamento dos investimentos públicos por 20 anos.

Além disso, o governo Temer foi marcado pelas denúncias que pesavam sobre o presidente da República. Porém, sua capacidade política de "articular a governabilidade exigida pelo presidencialismo de coalizão com uma sólida base no Congresso", deu a ele a sustentação parlamentar para "rejeitar os pedidos de impeachment que chegavam ao Congresso".[XLIV] O governo de Michel Temer terminou com um dos menores índices de aprovação popular desde o fim da ditadura – pesquisa do Datafolha chegou a registrar um índice de 3% de confiança do eleitor.

O quadro de desaprovação popular e de denúncias de corrupção passiva transformou o período em que Temer esteve no poder numa espécie de pá de cal sobre a já combalida credibilidade da prática política perante a opinião pública. Essa descredibilização da política foi um dos fatores que ajudaram a pavimentar o caminho para a eleição do capitão do exército Jair Messias Bolsonaro, em 2018, com base num discurso que ele incansavelmente repetia: "Não nasci para ser político, mas para ser soldado". Com esse discurso de *outsider*, de alguém fora da política – apesar de concretamente falso, uma vez que se elegeu vereador no Rio de Janeiro em 1991 e nunca mais deixou a política – Bolsonaro conquistou o voto de 57,8 milhões de eleitores "cansados da política", como dizem comumente as pessoas no dia a dia.

A ascensão de Bolsonaro ao poder trouxe de volta os militares para o centro do poder, pela primeira vez desde o fim da ditadura militar. Segundo dados do estudo *A Militarização da Administração Pública no Brasil: Projeto de Nação ou Projeto de Poder?*[XLV], do cientista político William Nozaki, até o final de 2020 dez ministérios eram ocupados por militares das forças armadas. Ainda de acordo com o estudo[XLVI], de 2019 para 2020, o número de militares presentes em cargos civis do governo federal saltou de 3.525 para 6.157. Nem mesmo no período da ditadura o número de militares nos cargos de governo foi tão alto. Importante ressaltar que o presidente da República é um capitão e o vice, Hamilton Mourão, um general.

Nas mãos desse governo militarizado, o Brasil enfrenta o caos sanitário com a pandemia da covid-19, resultado da negligência criminosa, da incompetência das autoridades sanitárias e do negacionismo encastelado entre seus membros. Sem falar na crise econômica, agravada pela pandemia, que aprofunda ainda mais o abismo das diferenças sociais e traz de volta o fantasma da fome: mais de 19 milhões de brasileiros estão submetidos à situação de grave insegurança alimentar[XLVII].

Considerações Finais

A partir do que foi discutido no presente artigo, concluímos que não há como pensar o atual contexto político e social do Brasil sem nele enxergar reflexos profundos do golpe de Estado de 1964 e da ditadura militar que se seguiu, regime cujos artífices saíram impunes dos crimes cometidos no período. Essa impunidade abriu brechas para o fortalecimento das narrativas revisionistas da extrema direita de que no período 1964-1985 não houve uma ditadura e tampouco foi um golpe de Estado que depôs João Goulart. O fato de não ter havido punição para os que cometeram crimes durante a ditadura militar contribui para consolidar a falsa memória de que não houve violência ou violação dos direitos humanos durante o período autoritário.

Essa memória contribui para naturalizar a presença de militares em cargos de governo, extrapolando suas atribuições constitucionais, como vemos hoje no governo Bolsonaro. Além

disso, a impunidade dos que cometeram crimes durante a ditadura deixou no país uma lacuna jurídica e moral que legitima e normaliza práticas violentas por parte do Estado. Tivessem sido punidos os militares e membros de seus governos que praticaram tortura e assassinato de presos políticos, estaríamos vivendo a realidade política de hoje?

Naquele longínquo 1964, quando João Goulart foi deposto por um golpe de Estado civil-militar, começou a ser trilhado um caminho longo e perigoso; e até o momento não há um vislumbre de onde vai acabar. A descredibilização da política, que teve peso considerável na eleição de Jair Bolsonaro, é um processo que começou a se desenrolar naquele 1964 e que ainda se encontra em curso, com o país vivendo um momento grave.

As incertezas sobre o futuro político se avolumam com a aproximação de 2022, ano de eleições presidenciais. Ameaças sérias pairam sobre a realização do processo eleitoral, vindas daquele que, pelo cargo que ocupa, deveria, acima de tudo e acima de todos, defender e agir conforme manda a Constituição. Que a história não se repita, novamente como tragédia.

Notas

[I] Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá e em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá.
[II] (ROUSSO, 2016, p. 302).
[III] (FERREIRA, 2000, p. 119)
[IV] MARTINS FILHO (1987, p. 75)
[V] (MUNHOZ, 2020, p. 207-208)
[VI] (LARA, 2019, p. 182)
[VII] (DIAS, 2008, p. 38-39).
[VIII] (CHAMMAS, 2012, p. 105).
[IX] (CHAMMAS, 2012, p. 105)
[X] (DREIFUSS, 1981, p. 229)
[XI] (DREIFUSS, 1981, p. 229)
[XII] (DREIFUSS, 1981, p. 237)
[XIII] (DREIFUSS, 1981, p. 240)
[XIV] (DREIFUSS, 1981, p. 235)
[XV] (FICO, 2017, p. 14)
[XVI] (DIAS, 2010, p. 218)
[XVII] (STALING, p. 1)
[XVIII] (FICO, 2012)
[XIX] (FICO, 2011).
[XX] (FICO, 2011)
[XXI] (DREIFUSS, 1981, p. 244-245).
[XXII] (DREIFUSS, 1981)
[XXIII] (CODATO e OLIVEIRA, 2004, p. 273)
[XXIV] Presidente prevê a revolução e Brizola novo Poder, *Tribuna da Imprensa*, 14 de março de 1964, p. 2.
[XXV] (CHAMMAS, 2012, p. 33).
[XXVI] (CHAMMAS, 2012, p. 36)
[XXVII] Editorial *Basta!*, *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964, primeira página.
[XXVIII] Editorial *Fora!*, *Correio da Manhã*, 1º de abril de 1964, primeira página.
[XXIX] Editorial *Ressurge a democracia*, *O Globo*, 2 de abril de 1964, primeira página.
[XXX] Editorial *S. Paulo repete 32*, *O Estado de S. Paulo*, 2 de abril de 1964.
[XXXI] (Agência Senado, 2016)
[XXXII] (GUILHERME, 2017, p. 1)
[XXXIII] (GUILHERME, (2018)
[XXXIV] (GUILHERME, 2017, p. 1-2)
[XXXV] (GUILHERME, 2018, p. 67)

[xxxvi] (FAUSTO NETO, 1995, p.10, apud RODRIGUES, 2018, p.39)
[xxxvii] (RODRIGUES, 2018, p. 39)
[xxxviii] (RODRIGUES, 2018)
[xxxix] (GUILHERME, 2017)
[xl] (RODRIGUES, 2018, p. 44)
[xli] (RODRIGUES, 2018, p. 44)
[xlii] (RODRIGUES, 2018, p. 44)
[xliii] (RODRIGUES, 2018, p. 44)
[xliv] (RODRIGUES, 2018, p. 49)
[xlv] Disponível em <https://fonacate.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-N.-20.pdf>. Acesso em 18 ag. 2021.
[xlvi] Citados pelo estudo como fontes dos dados: Siape/Atlas do Estado Brasileiro e TCU.
[xlvii] Dados do estudo *Insegurança Alimentar e Covid no Brasil* realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) Disponível em <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA Senado, 28 dez. 2016. Disponivel em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CHAMMAS, E. Z. A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

DIAS, L. A. Informação e Formação: apontamentos sobre a atuação da grande imprensa paulistana no golpe de 1964. O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. In: ODALIA, N.; (ORG.), J. R. D. C. C. História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista. São Paulo: Unesp, 2010.

DIAS, R. B. Uma universidade de ponta-cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade. Maringá: EDUEM, 2008.

DREIFUSS, R. A. 1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, M. D. M. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, p. 111-124, mai./jun. 2000.

FICO, C. Videopalestra "Operação Brother Sam": mais perguntas. Brasil Recente, Rio de Janeiro, 2011. Disponivel em: <http://www.brasilrecente.com/2011/02/videopalestra-operacao-brother-sam-mais.html>.

_____. Operação Brother Sam. Carlos Fico, 2012. Disponivel em: <https://www.youtube.com/watch?v=frRAVourn18>. Acesso em: 25 agosto 2020.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, Jan./Abr. 2017.

GUILHERME, C. A. De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 24 a 28 Julho 2017. Disponivel em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502040383_ARQUIVO_Artigocompleto-Anpuh2017-deDilmaaTemer.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

_____. De volta ao passado: a proposta neoliberal do Estadão. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, Setembro 2018. 66-74. Disponivel em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42971>. Acesso em: 16 ago. 2021.

KUCINSKI, B. Jornalistas e revolucionários. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LARA, J. V. D. Revolução às margens do capitalismo: A Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas - Universidade Estadual de Maringá. Maringá: [s.n.], 2019.

MARTINS FILHO, J. R. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

MUNHOZ, S. J. Guerra Fria: história e historiografia. Curitiba: Appris, 2020.

RODRIGUES, T. M. O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). Contracampo, Niterói, v. 37, p. 37-58, ago. nov. 2018. Disponivel em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17626/pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ROUSSO, H. A última catástrofe. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
STALING, H. Golpe Militar de 1964 [on-line], Belo Horizonte. Disponivel em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>.